

Plano Cruzado e Plano de Recuperação: um estudo sobre o combate à hiperinflação em Israel e no Brasil

Karina Stange Calandrin^I
Gabriel Mizrahi^{II}

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o combate à inflação em Israel e no Brasil nos anos 1980, com destaque para o Plano de Recuperação israelense e o Plano Cruzado brasileiro. Ambos os planos tiveram mecanismos semelhantes, como o congelamento de preços e salários; todavia, não tiveram resultados semelhantes. O plano israelense foi bem-sucedido e conseguiu cessar a hiperinflação, ao contrário do plano brasileiro. Dessa forma, a partir de fontes primárias e secundárias, o artigo discute os elementos de aproximação e divergência dos planos, suas consequências e o debate dos marcos teóricos na ortodoxia e heterodoxia econômica.

Palavras-chave: Hiperinflação; Israel; Brasil; Plano Cruzado; Plano de Recuperação.

Cruzado Plan and Recovery Plan: A study of hyperinflation in Israel and Brazil

Abstract: The paper aims to analyze inflation in Israel and Brazil in the 1980s, with emphasis on the Israeli Recovery Plan and the Brazilian Cruzado Plan. Both plans had similar mechanisms, such as controlling prices and wages; however, did not have similar results. The Israeli plan was successful and managed to control hyperinflation, unlike the Brazilian plan. Thus, from primary and secondary sources, the paper discusses the elements of approximation and divergence of plans, their consequences, and the debate of theoretical frameworks in orthodoxy and economic heterodoxy.

Keywords: Hyperinflation; Israel; Brazil; Cruzado Plan; Recovery Plan.

Artigo recebido em 29/04/2021 e aceito em 06/06/2021

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a aplicação de dois planos econômicos, um no Brasil e outro em Israel, que tiveram os mesmos objetivos e mecanismos, mas consequências diferentes. Com isso, iremos analisar o Plano Cruzado e o Plano de Recuperação israelense, que buscavam mitigar a hiperinflação que acometia os dois países na década de 1980. Identificamos uma lacuna na bibliografia especializada sobre o tema em que os dois planos, apesar de serem muito próximos, não foram estudados de forma conjunta. Dessa forma, propomos uma pesquisa qualitativa a partir de fontes primárias e secundárias.

Inicialmente, o Plano Cruzado não foi bem-sucedido em seus objetivos e configura um dos maiores pontos de desequilíbrio da história da política econômica brasileira, por não conseguir interromper o processo inflacionário no Brasil. A política de congelamento de preços não foi bem aceita por muitos economistas liberais, sendo considerada como um mecanismo arcaico de controle de inflação. Contudo, o Plano Cruzado foi inspirado em outros planos de estabilização econômica contemporâneos a ele, e talvez o mais exitoso deles tenha sido o plano israelense, que também combinava ajuste fiscal com congelamento de preços e que, por sua vez, obteve sucesso. Tanto que o economista Pêrsio Arida, um dos idealizadores do Plano Cruzado (e que depois também viria a ser um dos idealizadores do Plano Real), foi enviado pessoalmente para Israel pelo ministro da fazenda do governo José Sarney, João Sayad, para conhecer pessoalmente o plano israelense e desenvolver o Plano Cruzado^{III}.

Traçando um breve histórico sobre a história da economia israelense, vemos que, até a crise de hiperinflação, Israel era um país em desenvolvimento com grande participação do gasto público no crescimento econômico, baseado em endividamento público, e que também entrou em crise com os choques do petróleo de 1973 e 1979. Assim como o Brasil, Israel era grande importador dessa importante matriz energética e sofreu com esses aumentos abruptos de preço, e também sofreu muito com o aumento dos juros generalizados nos anos 1980 em todo o mundo, para financiar o endividamento público – causando hiperinflação. Portanto, a despeito da diferença de tamanho entre as duas economias, a trajetória de ambas para a crise econômica nos anos 1980 é parecida, embora os resultados para planos de estabilização muito semelhantes sejam bem diferentes.

Como veremos, o fracasso do Plano Cruzado não está na falha de seus pressupostos econômicos, e sim na fragilidade institucional e instituições representativas em um país que tinha acabado de sair de um longo período de ditadura militar e um alto grau de informalidade na economia, que inviabilizava a formação de consensos e negociações para estabilização de preços entre diferentes grupos sociais – problema que não existia em Israel.

Por isso, depois do breve histórico sobre a política econômica israelense a partir da sua construção em 1948, falaremos sobre como se desenhou a crise econômica israelense no contexto caótico dos anos 1980 no mundo e, assim, como se deu o Plano de Recuperação israelense, combinando medidas ortodoxas e heterodoxas, um grande ajuste fiscal, com aumento dos juros e congelamento de preços, com negociações com sindicais. Dessa maneira, podemos traçar um paralelo com a implementação do Plano Cruzado no Brasil, e por que essas medidas foram pouco eficientes no país.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

Breve histórico da economia política israelense

Os debates sobre a ordem econômica e a relação entre a política e a economia ocorrem desde o início do sionismo. A centralidade da economia dirigida pelo Estado em Israel (ou das instituições pré-estatais) foi desafiada por demandas de liberalização e permissão para empresas privadas. No início do Estado, entretanto, embora o capital privado desempenhasse um papel importante, era o Estado que dominava a economia. Foi apenas na década de 1980 que o mercado começou a se desvincular do controle político e a economia de mercado tornou-se uma ideia dominante e uma força política. Assim, desde a década de 1980, a economia israelense passou por um processo de liberalização rápida, deixando de ser liderada pelo Estado e se tornando uma economia liberal do tipo ocidental no estilo de vida e divisão do trabalho, bem integrada na economia global e com diferenças crescentes entre ricos e pobres. Dentro da divisão internacional do trabalho, descrita por Wallerstein^{IV} e Arrighi^V, Israel abandona uma posição de semiperiferia, apoiada no discurso terceiro-mundista da Guerra Fria, e se estabelece enquanto centro na dinâmica internacional do Sistema-Mundo. Esses desenvolvimentos econômicos e sociais estão relacionados e enfatizam muitas das mudanças que ocorreram no país nessa década, como: a transformação das clivagens sociais, as mudanças no sistema político, a alocação de terras e o surgimento de "políticas alternativas".

A economia israelense contemporânea mudou; antes, era baseada na agricultura, indústria leve e produção intensiva de trabalho e se tornou uma economia baseada no conhecimento, globalizada, com um crescente setor de alta tecnologia de telecomunicações, TI e eletrônica. Na falta de recursos naturais, o crescimento econômico de Israel depende do capital humano e, devido ao seu pequeno mercado interno, depende do comércio e da exportação. Os maiores parceiros comerciais de Israel são os Estados Unidos e a União Europeia. Israel estabeleceu acordos de livre-comércio com seus principais parceiros e é um dos poucos países do mundo que mantém acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, União Europeia e o Mercosul. Enquanto no passado a economia israelense era influenciada pela geopolítica e pelo conflito, sua globalização significa que agora também é influenciada por desenvolvimentos internacionais^{VI}.

O Estado israelense tem sido um fator importante no desenvolvimento econômico. Antes da constituição do Estado, no processo de construção da nação e do Estado, as instituições políticas do movimento sionista dominavam a mobilização do capital, proveniente principalmente de doações judaicas e, conseqüentemente, da compra de terras e seu desenvolvimento. Essa dominação permitiu ao movimento sionista proteger os trabalhadores judeus da competição árabe e estabelecer assentamentos judaicos com base na ideologia coletivista sionista. Essa ideologia ressaltou o compromisso com a construção da nação e do Estado que denunciava o individualismo e o ganho privado. Esse coletivismo, como sociólogos notaram^{VII}, era menos uma ideologia socialista (universal), apesar da retórica dos pais fundadores, do que o nacionalismo judaico. Dito de forma diferente, a demografia desfavorável, a falta de soberania e os recursos limitados levaram o movimento sionista a adotar o coletivismo como um método de construção da nação e do Estado. O setor privado era muito pequeno para ter influência política suficiente para ter um impacto no curso do desenvolvimento econômico e foi ofuscado pelas instituições coletivistas do movimento sionista.

A independência de 1948 posicionou o Estado, herdeiro das instituições sionistas, em uma posição dominante sobre a economia. O domínio do Estado na esfera econômica era resultado, por um lado, dos desafios da absorção, defesa e construção de infraestrutura para os imigrantes e, por outro lado, seu controle sobre o vasto suprimento de capital que entrava, de

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

comunidades judaicas no exterior e compensação financeira da Alemanha em nome do mundo judaico após o Holocausto.

A isso se deve acrescentar as terras árabes que passaram para as mãos do governo israelense quando os árabes foram expulsos durante a guerra^{VIII}. O Estado, como explica Shalev^{IX}, foi posicionado estrategicamente, como o fator que direcionou a imigração e colonização, o descarte de presentes estrangeiros e as políticas habitacional e industrial. O resultado foi uma economia altamente politizada e estritamente regulamentada com blocos parcialmente concorrentes de capital público e privado. Tanto o Estado quanto o Partido Trabalhista (Avodá) tinham a capacidade de dirigir os interesses comerciais e a sociedade civil, em vez de serem dirigidos por eles. Em termos econômicos, o domínio do Estado se traduziu em altos níveis de gastos do governo e empregos em relação ao nível de desenvolvimento da economia, amplo controle estatal de poupança, investimento em moeda estrangeira e modesta propriedade pública, juntamente com um alto nível subsídio público e privado. Esse alto nível de envolvimento econômico foi alcançado não apenas por altos impostos e recursos extraídos do exterior, mas também pela apropriação da maior parte das poupanças familiares e pelo controle de sua alocação para investimentos públicos e privados. A relação entre a *Histadrut* (sindicato geral) e o Partido Trabalhista permitiu que o primeiro construísse um império empresarial que representava 25% dos empreendimentos econômicos em Israel. Como sindicato, representava quase 80% da força de trabalho e, conseqüentemente, tinha poder significativo nas negociações salariais com o governo e empregadores^X.

No geral, a posição do Estado pode ser comparada a outros Estados desenvolvimentistas com uma economia centralizada da mesma época. Por meio de tarifas alfandegárias diferenciadas e outras barreiras para restringir as importações, o governo protegeu os produtos locais e os substitutos de importação e incentivou a exportação. Israel seguiu outros países recém-industrializados no estabelecimento de um regime comercial altamente protetor. A condução econômica de Israel até os anos 1970 se aproxima da condução econômica brasileira e de outros países em desenvolvimento da época^{XI}.

A agricultura fornece um bom exemplo da relação entre a intervenção econômica do Estado e os objetivos políticos em Israel. A agricultura não era apenas um meio de produção para muitos novos assentamentos na periferia, mas também uma parte da ideologia nacional sionista do “novo homem” e seu apego à terra por meio do trabalho físico. As crenças sociais de auto-imagem positiva envolvem a atribuição de traços, valores, intenções e comportamentos para a própria sociedade; essas crenças permaneceram em absoluto contraste com aquelas que buscavam deslegitimar os árabes. Os judeus israelenses se viam como “pessoas novas”, renascendo na Terra de Israel^{XII XIII}. Os estereótipos positivos os retrataram como “tenazes”, “trabalhadores”, “corajosos”, “modernos” e “inteligentes”, até o apelido de *sabra*^{XIV} foi cunhado. Com relação ao primeiro conjunto de traços, várias histórias e mitos foram acumulados sobre o comportamento dos judeus em tempos de paz e guerra, enquanto os últimos traços se referiam aos comportamentos dos judeus israelenses em relação aos árabes^{XV}.

O controle do governo sobre a terra, a água e o crédito eram em si uma ferramenta para direcionar a produção agrícola, mas, além disso, ele criou “juntas de marketing” para manter os preços dos produtos agrícolas. Isso foi feito pela imposição de cotas de produção (muitas vezes responsabilizadas por serem distribuídas de acordo com considerações políticas ou favorecimento) ou, em casos extremos, pela destruição do excedente. Grande parte dessa agricultura naufragou na década de 1980, quando medidas competitivas foram introduzidas e as importações permitidas^{XVI}.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

As raízes do estado de bem-estar israelense também podem ser identificadas no período pré-Estado, quando diferentes instituições de bem-estar foram desenvolvidas. Programas residuais e seletivos de assistência social para populações necessitadas e marginalizadas, que foram implementados em nível local, e um sistema abrangente, mas exclusivista de "ajuda mútua" foram estabelecidos pela Histadrut, fornecendo aos seus membros serviços de saúde, pensões, auxílio-desemprego, serviços de emprego e habitação.

Ainda de acordo com os autores^{XVII}, a construção de moradias públicas pelo Estado tornou-se um dos domínios centrais em que o estado de bem-estar social israelense atuava no planejamento, projeto, financiamento, construção e distribuição de ativos habitacionais. Como parte das políticas de "absorção de imigrantes" e "dispersão da população" no início, os recursos foram direcionados para fornecer casas para a imigração em massa dos primeiros anos do Estado por meio de moradias subsidiadas e por meio de empresas estatais e de propriedade da *Histadrut* estabelecidas para fornecer casas. Na segunda década após a independência, o estado de bem-estar se institucionalizou, formalizou-se e expandiu para atender às demandas sociais.

Esses desenvolvimentos incluíam programas nacionais de seguro e assistência social, como mesadas para crianças, agências locais de assistência social e a melhoria da proteção social de grupos vulneráveis. Essas políticas foram expandidas no início dos anos 1970, quando grandes diferenças sociais entre os *ashkenazi* e a nova população imigrante criaram tensões sociais. Eles incluíam seguro-desemprego, seguro de invalidez e um rendimento mínimo garantido. Em 1977, o sistema de bem-estar se expandiu muito para cobrir a maior parte da população contra a perda de renda, redistribuiu renda para estreitar as diferenças sociais e reduziu a pobreza.

Crise dos anos 1980

O Estado continuou a desempenhar um papel central na economia nas décadas seguintes. Após uma recessão em meados da década de 1960 e a guerra de 1967, veio o "complexo militar-industrial" baseado em compras militares locais subsidiadas pelo governo, demanda crescente por armas e o financiamento do governo dos EUA para compras de armas estrangeiras por Israel. Como muitas das economias de Estados em desenvolvimento, Israel sofreu as implicações da recessão da década de 1970, causada pelas crises de petróleo em 1973 e 1979, com taxas de crescimento mais baixas. As crises do petróleo também impactaram a economia israelense de forma parecida com a de países em desenvolvimento, como o Brasil. O endividamento público piorou com o aumento nos preços do petróleo, produto em que Israel dependia completamente de sua importação. A crise econômica ainda foi exacerbada pelas dificuldades regionais e internas de Israel e seus altos gastos com defesa, considerando as guerras de 1973 e 1982.

Como o petróleo estava no auge como matriz energética mundial, os preços cresceram de maneira avassaladora. Em Israel, não foi diferente. Há uma escalada da inflação depois de 1973, passando de 20% em 1971 até 125% em 1980. Quando veio o segundo choque do petróleo, perdeu-se totalmente o controle, passando a 384% no ano 1984, durante o auge da crise de hiperinflação.

O crescimento econômico em Israel seguiu um caminho tortuoso. Após o rápido crescimento do PIB per capita a partir de 1967, indo de US\$ 1.480 por pessoa para US\$ 4.860 em 1975, houve uma diminuição até 1977.^{XVIII} Depois, um breve crescimento econômico até 1981, com aumento das taxas de inflação, seguido por uma retração contínua até 1985, já com

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

o Plano de Recuperação econômica israelense.^{XIX} Ao analisarmos o desempenho da economia israelense, vemos que os anos anteriores foram de contração de PIB per capita e hiperinflação. Durante a Intifada, no ano de 1987, o desempenho do PIB e da inflação já se encontra em franca recuperação – conforme o gráfico mais adiante. Isso mostra que a revolta aconteceu em um período de melhoria do desempenho da economia, o que não aconteceu por acaso.

Como a maior parte da economia israelense tinha os preços indexados à taxa de inflação, um aumento muito grande dessa taxa forçou um aumento natural e instantâneo de quase todos os preços. Como quase não havia preços que pudessem ser reajustados abaixo da inflação, foi praticamente impossível desacelerar o aumento de preços no longo prazo. Mesmo que a máquina de indexação oferecesse uma manutenção do poder de compra na maior parte dos casos, quando a inflação atingiu taxas astronômicas, a espiral crescente de preços fez consumidores e produtores perderem a noção de custos e preços, drenando tempo e gerando incerteza.

Outras questões atrapalhavam as contas públicas israelenses. O país contraiu muitos empréstimos para reconstruir o que foi destruído durante a Guerra de Yom Kippur, visto que foi a guerra com mais danos físicos ao exército e a infraestrutura israelense, fazendo com que o aumento das taxas de juros no mundo inteiro nos anos 1980 fosse especialmente sensível em Israel. Além disso, o acordo de paz de Begin com o Egito incorreu em vários gastos extras de retirada de infraestrutura construída no Sinai e transferida para o deserto do Neguev, em território israelense.^{XX} Por último, o resultado inesperado da incursão do exército na Guerra do Líbano de 1982 significou um considerável aumento dos gastos do país: foram de US\$ 9,81 bilhões de dólares em 1981 para US\$ 13,1 bilhões em 1982. Para tentar segurar os preços, que subiam mês a mês a níveis exorbitantes, o governo israelense tentava cortar gastos públicos e promover violentos ajustes fiscais, mas isso era impossível, uma vez que os gastos militares no Líbano e no Egito se mantinham crescentes e o ajuste se tornava altamente ineficiente.

Essas fracassadas tentativas de ajuste fiscal já no final dos anos 1970 já refletiam uma importante inflexão na política israelense. A direita assumiu o controle da política do país pela primeira vez na história em 1977, pela figura de Menachem Begin, do partido Likud. A sua vitória representava também uma maior disposição para uma política econômica essencialmente liberal, com uma agenda de corte de gastos públicos, corte dos subsídios à alimentos, privatizações e esvaziamento do aparato de proteção social; todavia, apesar do que parte da literatura enfatiza ao discutir a recuperação econômica israelense nos anos 1980 e o combate à hiperinflação, que seria o Choque Neoliberal, o que argumentaremos neste artigo é exatamente o oposto. A empreitada bem-sucedida de Israel não se deu pela liberalização da economia, mas sim pelo Choque Heterodoxo que abordaremos na próxima sessão.

Plano de Recuperação Israelense

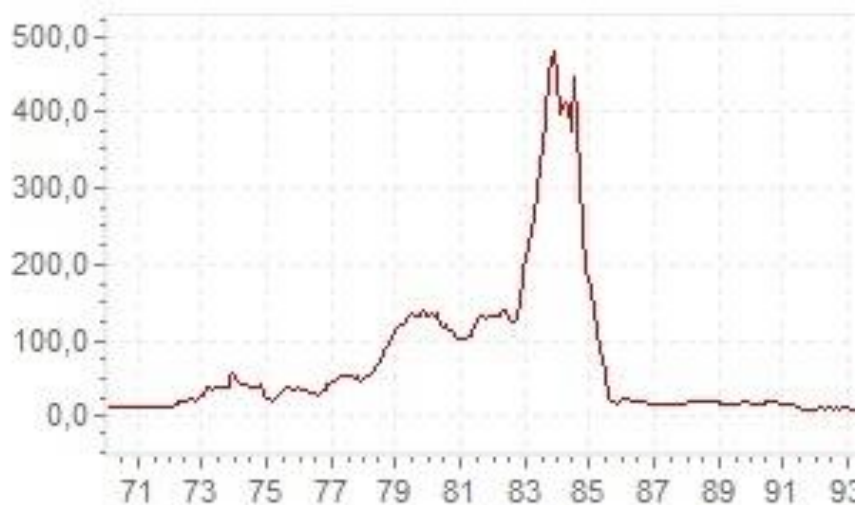
A solução encontrada para Israel sair da explosiva espiral de inflação foi a combinação de um grande ajuste fiscal e o congelamento total de preços pelo governo. Em 1985, a taxa caiu para 185% e, em 1986, para 19%. Alguns congelamentos de preços demoraram poucos meses, outros duraram um ano todo. Entretanto, a solução final foi um grande sucesso.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

Imagem 1. Taxa de inflação israelense (1971-1993)



Fonte: HISTORIC INFLATION[...].

Disponível em <<https://www.inflation.eu/en/inflation-rates/israel/historic-inflation/cpi-inflation-israel.aspx>>

Acesso em: 16 abr. 2021.

O congelamento geral de preços da economia israelense, ao contrário da tentativa de outros países, acabou se mostrando eficiente porque a hiperinflação não causou grandes distorções relativas entre os preços de bens a ponto de se criar grandes mercados negros ou inviabilizar cadeias produtivas inteiras, visto que a economia era praticamente toda indexada à taxa de inflação. Outras medidas para a estabilização também foram tomadas, como a mudança de moeda para o Novo Shekel, a redução drástica do déficit público e o acordo de congelamento de salários e de produtos básicos, com a *Histadrut*. Dessa maneira, se ocorresse disparada de preços, não haveria demanda nem estatal, nem das famílias para a compra^{XXI}. Este congelamento de preços, que chamamos de Choque Heterodoxo, estará no centro da discussão econômica brasileira ao longo dos anos 1980, pelas mãos dos inercialistas. Vamos voltar a esse ponto mais adiante.

O Plano de Recuperação econômica israelense foi considerado um sucesso e inspiração para tentativas do gênero em outros países com hiperinflação, inclusive na América Latina, e misturava medidas ortodoxas com heterodoxas^{XXII}. Mesmo que a economia israelense patinasse em certos momentos e gerasse problemas políticos e econômicos, havia uma tentativa de modernização da economia, como a maior entrada de capitais estrangeiros com a liberalização das políticas econômicas. O sucesso do Plano de Estabilidade Econômica de emergência só foi politicamente viável porque foi iniciado pelo governo de unidade nacional em 1985, com os tradicionais trabalhistas e a direita no mesmo governo, liderado por Shimon Peres.

Politicamente, essa união foi essencial para acomodar os interesses diversos e difusos dos diferentes grupos envolvidos nas negociações do Plano de Recuperação. A desvalorização real do salário geral dos trabalhadores foi um difícil acordo com o *Histadrut*, que era historicamente controlado pelos trabalhistas do *Mapai*, em conjunto com a acomodação de diversos grupos sociais, associações de pequenos e grandes empresários de todos os setores, que concordaram em pagar um preço relativamente alto por esse ajuste em seu poder de compra, também congelando seus preços independente da inflação vista em período anterior.

Algumas medidas ortodoxas também foram adotadas na esteira de políticas liberais ao redor do planeta. Os grandes cortes no orçamento público foram tratados internamente com um

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

trabalho de um grupo de economistas liberais, treinados na tradição da Escola de Chicago^{XXIII}, chancelados politicamente pelo Likud, que havia chegado ao poder em 1977 já com a intenção de promover grandes intervenções liberais na economia. Na política externa, esses cortes foram importantes porque o governo dos Estados Unidos vinculou uma ajuda de US\$ 1,3 bilhão ao país ao compromisso do governo israelense com as reformas e a um plano detalhado escrito em conjunto, por economistas israelenses e americanos. Por isso, o programa de estabilização do governo incluiu um equilíbrio do orçamento por cortes drásticos nos subsídios, cortes na ajuda às fábricas, demissão de funcionários, redução gradual nos gastos domésticos com defesa e um aumento da taxa de juros real. Esse grande corte no investimento público, com o aumento da taxa de juros, gerou um choque de demanda na economia que contribuíram periféricamente para uma pressão recessiva, ao passo que a inflação inercial era combatida via Choque Heterodoxo.

O governo também desvalorizou o shekel (moeda local) e, em seguida, estabilizou a taxa de câmbio nominal e fez um corte real no salário por meio de uma reforma do sistema de indexação de salários. Essas medidas levaram a uma redução drástica da inflação e do déficit orçamentário do setor público. A produtividade começou a aumentar, as exportações dispararam, as importações diminuíram e a confiança no shekel gradualmente voltou.

O plano econômico não só conseguiu conter a inflação em espiral, mas também transformou a estrutura econômica israelense de sua formação protecionista e centrada no Estado para um tipo de economia mais neoliberal. Em Israel, como em outros lugares, o processo de liberalização econômica significou a contração do estado e um papel maior para os mercados na gestão econômica, ou seja, privatização, redução de gastos do governo, cortes de impostos e desregulamentação. Desde o final da década de 1980, o mercado de capitais de Israel passou por várias reformas com o objetivo de integrá-lo aos mercados de capitais globais. Isso incluiu um sistema de negociação automatizado e uma câmara de compensação sem papel vinculada desde 2002 à *American Depository Trust Company* (DTC) para simplificar a liquidação internacional de ações de empresas duplamente listadas. Em 1993, foi inaugurado o mercado de derivativos, o que facilitou a gestão de risco para investidores individuais e institucionais com um número crescente de produtos.

Apesar dessa inauguração de tendência neoliberal da economia israelense, no final da década de 1980 o Estado ainda era o dono da maior parte das terras, recursos energéticos, rádio e televisão, indústrias de defesa e transporte aéreo. Cerca de 200 empresas estatais permaneceram intactas, incluindo monopólios como a companhia telefônica. O setor público permaneceu grande, com quase 30% das pessoas empregadas trabalhando para o governo. A *holding* da *Histadrut* ainda respondia por quase 15 por cento do PIB ainda em 1991. Os planos de privatização de empresas de propriedade do governo e da *Histadrut* foram apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos economistas liberais do Ministério das Finanças de Israel, mas foram parcialmente implementados porque, em primeiro lugar, a *Histadrut* detinha poder suficiente naquela fase para conter essas tentativas e, em segundo lugar, muitas das empresas tinham dívidas substanciais que dificultaram a privatização.

O Plano Cruzado

A aceleração da inflação nos anos 1980 no Brasil ocorreu enquanto a economia brasileira atravessava a então mais grave crise econômica de sua história. A renda *per capita* estagnou desde o início da década. A taxa de investimento caiu de 22/23 nos anos 70 para 16/17

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

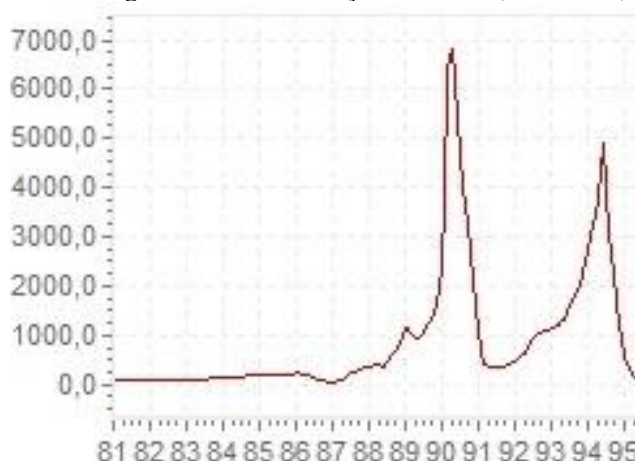
por cento do PIB. Um desequilíbrio financeiro estrutural do setor público, cujo componente básico é uma enorme dívida externa pública, está por trás da crise econômica. A aceleração da inflação no Brasil e os patamares elevados que prevaleceram forma um sintoma da crise internacional do petróleo e do aumento internacional dos preços e uma consequência indireta da crise fiscal do Estado brasileiro^{XXIV}.

A teoria estrutural latino-americana da inflação desenvolvida nos anos 1950 foi um primeiro passo para a compreensão da crise brasileira. Destacou o caráter crônico e endógeno da inflação nos países latino-americanos, mas não conseguiu explicar as altas taxas de inflação no Brasil. Como as teorias keynesiana e monetarista, explicava parcialmente a aceleração da inflação, porém não sua manutenção persistente em patamares muito elevados.

Ignácio Rangel, autor do livro “A Inflação Brasileira” (1963), foi o primeiro economista a fazer uma análise abrangente e convincente do caráter endógeno da massa monetária. Foi uma crítica importante à teoria monetarista da inflação, argumentando que a expansão da oferta de moeda era mais uma consequência do que uma causa da inflação. A teoria estruturalista da inflação, entretanto, assim como as demais teorias, não foi capaz de explicar as altas taxas de inflação vigentes no Brasil.

O novo governo democrático que tomou posse em março de 1985 herdou uma alta taxa de inflação, em torno de 11% ao mês, mas não estava pronto para congelar totalmente preços e salários, como propunham economistas a favor destas práticas. Em vez disso, o novo ministro das finanças decidiu por um congelamento parcial. O governo congelou os preços das empresas estatais e de algumas grandes empresas privadas, enquanto os outros preços foram mantidos livres. Era impossível manter tal política por um longo período^{XXV}. Isso reduziria a taxa de inflação apenas por alguns meses.

Imagem 2. Taxa de inflação brasileira (1981-1995)



Fonte: HISTORIC INFLATION [...].

Disponível em <<https://www.inflation.eu/en/inflation-rates/brazil/historic-inflation/cpi-inflation-brazil.aspx>>

Acesso em 16 abr. 2021.

Bresser-Pereira e Dall'Acqua^{XXVI} escreveram um artigo durante o congelamento parcial, usando como ferramenta a teoria da inflação inercial, e prevendo que as medidas corretivas, que viriam necessariamente quando o congelamento se tornasse insuportável, levariam a inflação a um nível mais alto do que antes. De fato, no mês anterior ao congelamento parcial, a inflação era de 12%; foi reduzido para cerca de 7% durante os quatro meses de congelamento

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

(abril a julho); e em setembro de 1985, exatamente no dia da publicação do jornal, o governo anunciava para agosto uma taxa de inflação acima de 12%. Foi uma demonstração significativa da capacidade de previsão da teoria.

Os neo-estruturalistas diagnosticaram a inflação brasileira como sendo do tipo inercial, resultado da fixação dos preços através de uma margem (mark-up) sobre os custos de produção, indexação dos salários e política de minidesvalorização cambial, sendo este processo impulsionado por choques de oferta que ocorriam de maneira não-sistemática, mas que determinariam a dinâmica do sistema. Nesta concepção, a inflação de hoje dependia da inflação de ontem, que, por sua vez, dependia da inflação de ante-ontem [sic], e assim por diante. Daí o nome inercial para apelidar este processo inflacionário, e a imagem de uma catraca para caracterizar o fato de que a inflação dependia dela própria^{XXVII}.

Finalmente, em 28 de fevereiro de 1986, quando a inflação estava claramente começando um novo período de aceleração, o governo introduziu o Plano Cruzado. Foi desenhado por alguns dos economistas que participaram do desenvolvimento da teoria da inflação inercial: André Lara Resende, Edmar Bacha, Francisco Lopes, Pêrsio Arida^{XXVIII}. Aproveitou a experiência do Plano Austral, introduzido na Argentina poucos meses antes com base na mesma teoria, e do Plano de Recuperação israelense. Quando a decisão foi tomada, as autoridades econômicas estavam cientes da dimensão do déficit público e conheciam muito bem as devastadoras consequências internas do déficit externo, mas a impressão que temos hoje é que subestimaram esses dois problemas. Além disso, na elaboração do plano, dois erros foram cometidos: uma expectativa irreal de "inflação zero" e um aumento real de 8% dos salários no dia do congelamento, embora o aumento real dos salários durante 1985 já estivesse estimulando a inflação.

O Plano Cruzado estava estruturado em oito passos essenciais para o seu funcionamento:

Quadro 1. Elementos do Plano Cruzado (1985)

1) Introdução da nova moeda	Cruzado, em uma relação de mil cruzeiros para cada cruzado.
2) Regra de conversão de obrigações contratuais	Se referia à indexação da nova moeda, o cruzado teria uma valorização diária de 0,4% em relação ao cruzeiro e serviria de base para correção de cadernetas de poupança, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), PIS/PASEP, entre outros.
3) Congelamento de preços	Todos os preços foram congelados e qualquer pessoa poderia fiscalizar o processo, estes ficaram conhecidos como "Fiscais do Sarné".
4) Desindexação	Com exceção dos elementos descritos no item 2, não havia correção monetária de outros contratos anteriores ao Plano.
5) Conversão dos salários para cruzado	Os salários foram convertidos de cruzeiros para cruzados, de acordo com seus valores médios acrescidos de um abono de 8%.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

6) Indexação dos salários	Os salários seriam reajustados quando a inflação acumulasse 20%, de acordo com a escala média.
7) Conversão dos aluguéis	Os aluguéis também foram convertidos de cruzeiro para cruzado, de acordo com seus valores médios.
8) Política cambial	A taxa de câmbio foi utilizada como âncora do sistema e o seu valor foi fixado em 13,80 cruzados por dólar. Mas este valor não era fixo pois o Banco Central poderia alterá-lo a qualquer momento.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados de Barbosa (2021).

Os quatro economistas responsáveis pelo plano e Fernão Bracher, então presidente do Banco Central, de fato tentaram conter o excesso de demanda iniciado em abril de 1985. As demais autoridades econômicas, em menor grau, procuraram também introduzir as necessárias correções no plano, mas não obtiveram o apoio político necessário. Em maio, por exemplo, o Ministro da Fazenda disse que pretendia começar a liberar preços, e imediatamente o presidente proibiu qualquer autoridade econômica sequer de mencionar essa ideia. Em julho, a força do "Cruzadinho" - um empréstimo compulsório com o objetivo de reduzir a demanda agregada e conter o déficit público - foi severamente limitada por uma decisão pessoal do presidente.

Durante os primeiros meses, o Plano Cruzado teve muito sucesso no controle da inflação. Mas, como sabemos agora, não atingiu seus objetivos, não apenas porque não foi capaz de erradicar a inflação, mas também porque provocou profundas instabilidades e uma aguda crise financeira e econômica. A economia brasileira antes do Cruzado estava totalmente indexada, tal qual o caso israelense, como vimos. Portanto, conseguiu conviver com taxas de inflação altas, mas quase estáveis. Com o Cruzado, o sistema de indexação foi eliminado. Quando a inflação reapareceu em dezembro de 1986, a interdição legal da indexação provocou uma crise financeira, pois a partir desse momento os preços não estavam mais ancorados uns nos outros^{XXIX}.

Entremos um pouco mais nas teorias econômicas que embasaram essas políticas. Durante as décadas de 1970 e 1980, quando o aumento de preços geral da economia não foi contido mesmo com choques ortodoxos de demanda na economia brasileira, novas formulações econômicas eram necessárias para dar conta da espiral de aumento de preços na economia brasileira, trazendo uma nova escola de teóricos da inflação inercial no Brasil, que discutiremos aqui brevemente.

Para Francisco Lopes, por exemplo, um país exposto à uma inflação crônica desenvolve naturalmente mecanismos de inflação inercial pois, na ausência de preços relativos bem estabelecidos, há um comportamento defensivo dos agentes econômicos para pelo menos recompor o pico do aumento de preços da inflação passada^{XXX}. Já para Luiz Carlos Bresser-Pereira, essa tendência mantenedora de inflação é oriunda de estruturas de mercado imperfeitas, como oligopólios e sindicatos, que tendem a indexar a renda e o lucro à inflação do período anterior e, com o aumento dos ganhos acima do aumento de produtividade, o aumento de preços afeta toda a cadeia produtiva que depende daquele produto. Isso faz com que a inflação geral da economia siga aumentando. Já para Pérsio Arida e André Lara Resende, a inflação não era gerada por agentes imperfeitos, mas no impasse temporal – a incompatibilidade da renda

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

desejada pelos agentes *ex ante* e a renda geral *ex post*. Este hiato temporal era corrigido pela inflação^{XXXI}.

Esta variedade de interpretações dos economistas inercialistas também gerou diferenças sensíveis no plano proposto por eles para o caso brasileiro. Todos estão ligados ao processo de desindexação de preços da economia e grande enfoque no conflito distributivo, rompendo radicalmente com a tradição ortodoxa até então estabelecida. Há um alinhamento entre Francisco Lopes e Luiz Carlos Bresser-Pereira e em torno da necessidade de um Choque Heterodoxo, ou de um congelamento de preços. Ao passo que André Lara-Resende e Pêrsio Arida defenderam uma reforma monetária para eliminar a indexação, a Moeda Indexada^{XXXII}. Nesse sentido, o Plano Cruzado brasileiro é baseado nessa primeira concepção, tendo como inspiração prática o sucesso do plano israelense, enquanto o segundo fundamentou a implementação do Plano Real, alguns anos depois.

Edmar Bacha, um dos economistas que fizeram parte da elaboração do Plano Cruzado, explica, em entrevista à Folha, sucintamente as diferenças fundamentais do plano israelense:

A lição mais importante é que ele poderia ter dado certo. Em Israel, o plano deu certo. Deu certo porque, mesmo tendo tido problemas parecidos com os nossos, eles conseguiram fazer um ajuste posterior negociado. Nós, tínhamos dificuldade de negociação aqui, em razão de estarmos saindo da ditadura, a sociedade estava muito mal organizada. Em Israel houve uma negociação entre os trabalhadores e os empresários que possibilitou perda relativa dos ganhos salariais no começo do plano para poder fazer o ajuste. O Cruzado tinha todos aqueles mecanismos de conversão dos salários, com os abonos e o gatilho. O Cruzado preservou muito esses automatismos característicos do processo de alta inflação, quando tínhamos de nos livrar deles. Ou se negocia ou se faz uma recessão. Não houve isso^{XXXIII}.

O que Bacha quis dizer é que as instituições que representavam a sociedade estavam muito enfraquecidas e pouco representativas no período pós-ditadura, o que desfavorecia esses acordos entre trabalhadores, grandes e pequenos empresários, trabalhadores da burocracia estatal e a equipe técnica econômica. Vale lembrar que o congelamento de preços em Israel foi exitoso porque houve um governo de união nacional entre os principais partidos políticos de direita e esquerda, e a negociações intensas com instituições de trabalhadores e empresários muito representativas, e anteriores à própria fundação do Estado, como o caso da *Histadrut*.

Como vimos, a *Histadrut* continuou tendo uma importância central na vida do trabalhador israelense, fornecendo serviços de saúde, educação e lazer para a família desses trabalhadores, enquanto seu poder de compra real seria diminuído, bancado através de impostos pagos por empresários no esforço de estabilização^{XXXIV}. Na concepção de economistas brasileiros inercialistas que comandaram o congelamento de preços em Israel, podemos inferir que Bresser-Pereira enxergaria que grandes acordos políticos nacionais permitiram que as estruturas imperfeitas de mercado do país parassem entrassem em comum acordo a estabilização de preços. Para Francisco Lopes, o estabelecimento de preços *ex ante* difundido por todos os setores da economia eliminariam possibilidade e a necessidade de buscar o pico inflacionário do período anterior, eliminando a inflação inercial. Seja como for, o Choque Heterodoxo passaria necessariamente por condições políticas favoráveis para a sua implementação.

O Brasil pós-ditadura carecia dessas instituições organizadas na sociedade civil para esse tipo de arranjo institucional. Além disso, havia um grande movimento da sociedade para

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

compensar as gradativas perdas do salário real ao longo do período de ditadura, no contexto de uma democracia recém-começada.

Além disso, o alto grau de informalidade na economia brasileira retirava do governo o poder de controlar os preços de bens e serviços nessa condição, propiciando também a criação de mercado paralelo de produtos e serviços básicos com preços exorbitantes, enquanto o mercado com preços regulados era desabastecido. Em Israel, essa informalidade existia apenas em um perfil específico de trabalhador, que é o palestino que vivia na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e trabalhava em Israel. Apesar de integrar o mercado de trabalho israelense, o palestino morava e consumia longe das fronteiras de Israel e não tinha qualquer voz nas negociações de preços e salários.

Se a informalidade e a falta de representatividade e organização culminaram na derrota do Plano Cruzado em estabilizar a economia no Brasil, esses palestinos informais não fariam isso. Contudo, não por acaso, territórios palestinos foram ocupados por Israel em 1967 e a maior revolta popular da história palestina contra a ocupação, a Primeira Intifada, foi apenas vinte anos depois, em 1987, apenas dois anos após a implementação do sistema de congelamento de preços e de violento ajuste fiscal pelo governo israelense.

Ao fim, percebemos que o fracasso na estabilização de preços do Plano Cruzado não esbarra em seus pressupostos econômicos. Embora seja uma medida muitas vezes considerada arcaica, as dificuldades de sua implementação estão demanda política e institucional requerida, com grande coordenação e diálogo com a sociedade civil – condições que não eram atendidas no contexto político brasileiro. No Brasil pós-ditadura, era urgente a recuperação de poder de compra do trabalhador, não existia ambiente político para grandes acordos entre agentes econômicos, dada a frágil institucionalidade de representação popular, e mesmo maturidade do sistema político para buscar um plano de coesão nacional em conjunto, em um sistema democrático que ainda engatinhava.

Apesar do Plano de Recuperação israelense ter atingido seus objetivos, muito analistas ainda atrelam o sucesso do plano à liberalização da economia, seguindo uma cartilha neoliberal muito difundida no mundo da década de 1980 pelas grandes potências e reforçada pelo FMI e, posteriormente, pelo Consenso de Washington^{XXXV}. Todavia, o que conseguimos observar com este artigo é que o sucesso se deu pela centralidade do governo de coalizão e pelos órgãos responsáveis pela representatividade de empregadores e empregados, como a *Histadrut*. O insucesso do Plano Cruzado, por outro lado, também foi atrelado ao neoliberalismo, mais especificamente a falta dele. A participação extensiva do Estado na economia brasileira foi vista como responsável pelo fracasso do plano e a manutenção da inflação inercial, sendo que o resultado se deve ao fato do plano não ter atacado a causa básica da inflação no Brasil, o financiamento do déficit público através de emissão de moeda pelo Banco Central. Os contratos previamente assinados estabeleciam regras de reajustes baseados no passado, inclusive a correção monetária que reajusta preços de hoje baseado nos de ontem, reforçando o caráter inercial da inflação. Por sua vez, procurou combater a inflação congelando os preços. Confundiu-se inércia inflacionária com inflação inercial^{XXXVI}. Ademais, o debate estatista vs. neoliberal, ortodoxo vs. heterodoxo, não era o cerne da questão inflacionária em Israel e no Brasil, mas de forma mais contundente recaía nas instituições estatais e sua habilidade na condução de reformas econômicas amplas e de caráter duradouro.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

Conclusão

O objetivo deste artigo foi discutir as abordagens utilizadas no combate à hiperinflação no Brasil e em Israel, comparando o Plano Cruzado com o Plano de Recuperação israelense, uma vez que o primeiro foi baseado no segundo, mas o com resultados diferentes. Pretendíamos compreender quais as diferenças na aplicação dos dois planos, de forma a analisar o porquê um atingiu os objetivos propostos e o outro não.

O Estado de Israel foi construído com base em algumas instituições já pré-existentes antes de sua criação, como a KKL (o Fundo Nacional Judaico), Organização Sionista Mundial, Haganá (grupo paramilitar que viria a servir como base para a criação do exército israelense), entre muitos outros. Talvez a mais importante dessas instituições, pelo menos no âmbito político-econômico, seja a *Histadrut*, que era ao mesmo tempo uma grande central sindical organizada que englobava a maior parte dos trabalhadores formais de Israel, fornecia todo o tipo de serviços a eles e ainda servia como base para a implementação de um projeto nacionalista judaico.

Essas instituições não só fizeram com que Israel consolidasse uma burocracia estatal muito rapidamente depois de sua proclamação de independência, mas elas próprias definiram os rumos das políticas israelenses. Não por acaso, David Ben-Gurion, grande arquiteto do Estado, Primeiro-ministro israelense que comandou o Estado da sua criação até 1963, construiu sua carreira política como dirigente sindical do *Histadrut*. E esse projeto de construção de Estado foi hegemônico na política israelense até as eleições de 1977, quando a direita assume pela primeira vez.

Defendemos que a política de estabilização israelense baseada no congelamento de preços aconteceu pelo vigor institucional construído no país ao longo do tempo. O governo de união nacional e essa institucionalidade forte e representativa fez com que as negociações por congelamento de salários, corte de subsídios e fornecimento de serviços à população fosse bem-sucedida na medida em que o governo manteve o controle político da estabilização mesmo após a retirada do congelamento de preços. Lembramos que aqueles de fora desse “guarda-chuva” institucional, trabalhadores informais, os palestinos, fizeram a primeira grande rebelião contra forças israelenses depois de vinte anos de ocupação, justamente em 1987, ao final do processo de estabilização monetária.

No caso brasileiro, a fragilidade de um governo democrático com pouca participação popular, institucionalidade ainda pouco representativa e muita expectativa de aumento de serviços públicos e do poder de compra do trabalhador, fizeram com que esses mecanismos de ajustes políticos não fossem possíveis e, após o período inicial de controle de preços bem-sucedido, a inflação brasileira voltou a subir, e dessa vez, por conta da desindexação, de maneira descontrolada.

Além desses aspectos, o que conseguimos argumentar com este artigo é que o cerne do debate econômico sobre os planos, tanto em Israel quanto no Brasil, se manteve na discussão sobre heterodoxia vs. ortodoxia, sendo que o sucesso de um foi justificado pelo choque ortodoxo, que não aconteceu, e a falta de sucesso de outro pela ausência do choque ortodoxo, sendo que os planos essencialmente eram iguais. Todavia, esse não era o foco, e sim o que argumentamos anteriormente. Identificamos que uma pesquisa mais aprofundada sobre os efeitos da influência neoliberal nos anos 1980 e 1990 no mundo, a partir das potências ocidentais como Estados Unidos e Reino Unido, se mostra necessária para uma compreensão sobre a condução econômica de países em desenvolvimento no período.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

Notas

^I Doutora em Relações Internacionais pelo PPGR San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP), Professora e Coordenadora do curso de Relações Internacionais do Unisagrado e Colaboradora do Instituto Brasil-Israel.

^{II} Doutorando em Relações Internacionais pela PUC-RJ e Colaborador do Instituto Brasil-Israel.

^{III} SAFATLE, Cláudia. **Plano Cruzado**. Valor Econômico. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/especial/planocruzado>>. Acesso em: 18 jun. 2020

^{IV} WALLERSTEIN, Immanuel. A world-system perspective on the social sciences. **The British Journal of Sociology**, v. 27, n. 3, p. 343-352, 1976.

^V ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

^{VI} BEN-PORAT, Guy et. al. **Israel Since 1980**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

^{VII} RAM, U., The Future of the Past in Israel: A Sociology of Knowledge Approach. In MORRIS, B., (Org.) **Making Israel**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007, pp. 202-230.

^{VIII} MORRIS, B. **Righteous victims: A history of the Zionist-Arab conflict 1881-2001**. Nova York, NY: Vintage Books, 2001.

^{IX} SHALEV, Michael. Liberalization and the transformation of the political economy. In SHAFIR, G.; PELED, Y. (Orgs.) **The New Israel: Peacemaking and Liberalization**. New York: Westview Press, 2000.

^X Ver nota IV.

^{XI} BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brazil's inflation and the Cruzado Plan, 1985-1988. In FALK S. Pamela (Org.) **Inflation: Are we Next? Hyperinflation and Solutions in Argentina, Brazil and Israel**, Boulder: Lynne Rienner, 1990, pp. 57-74.

^{XII} HOFMAN, J. E.. The meaning of being a Jew in Israel: An analysis of ethnic identity. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 15, n. 1. pp. 196-202, 1970.

^{XIII} Ver nota III.

^{XIV} Apelido dado aos primeiros judeus sionistas que imigraram para Israel. Sabra é uma fruta típica da região do Levante, por fora tem uma casca dura e composta por espinhos, mas por dentro o fruto é doce e de gosto agradável. O apelido representaria a força dos judeus que imigrariam para Israel, mas que seriam “doces” por dentro.

^{XV} BAR-TAL, Daniel. Societal beliefs in times of intractable conflict: The Israeli case. **International Journal of Conflict Management**. v.9. n.1. pp.22-50, 1998.

^{XVI} Ver nota VI.

^{XVII} Ibidem.

^{XVIII} O crescimento econômico israelense entre os dois choques do petróleo já estava sob administração de Begin pelo Likud. Aqui não nos cabe demonstrar razões desse crescimento, mas já há um período de perda de subsídios de produtos mais básicos e diminuição do assistencialismo social. (RIVLIN, 2010)

^{XIX} Vale lembrar que os trabalhadores palestinos ilegais não entram na conta do PIB per capita, apenas árabes israelenses. O impacto da crise sobre esses trabalhadores pode ser subdimensionado pelos dados apresentados.

^{XX} O Acordo de Camp David foi assinado em 1981, fruto de muita pressão externa e interna para a criação de paz na região. Também tem a ver com a destruição da imagem de Israel invencível depois de 1967. No acordo, Israel devolveria a Península do Sinai para o Egito, conquistada em 1967 e, em troca, o Egito seria o primeiro país árabe a reconhecer o Estado de Israel e assinar um Acordo de Paz. (SHLAIM, 2004).

^{XXI} RIVLIN, Paul. **The Israeli economy from the foundation of the state through the 21st century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

^{XXII} Ibidem.

^{XXIII} Ver nota VI.

^{XXIV} Ver nota XI.

^{XXV} Ibidem.

^{XXVI} BRESSER-PEREIRA, Luiz; DALL'ACQUA, Fernando M.. Congelamento Setorial de Preços e Inflação Corretiva in **Economia em Perspectiva**, Boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo, no. 17, September 1985.

^{XXVII} BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>> Acesso em 05/04/2021.

^{XXVIII} Ibidem.

^{XXIX} Ver nota XI.

^{XXX} LOPES, F. L. Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 135-151, 1985.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

^{XXXI} PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; CURADO, Marcelo Luiz. Revisitando o debate inercialista da inflação brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 489-509, 2018.

^{XXXII} Ibidem.

^{XXXIII} BARROS, Guilherme. **Erros do Cruzado custaram 10 anos, diz Bacha**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 fev. 2006. Mercado, p. 1. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2602200608.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

^{XXXIV} Ver nota XV.

^{XXXV} Conjunto de regras e medidas econômicas formuladas por economistas e organizações internacionais em 1989 em Washington, Estados Unidos, visando propagar uma conduta neoliberal internacionalmente.

^{XXXVI} Ver nota XXI.

Referências bibliográficas:

ARNON, A., & WIENBLATT, J. Sovereignty and Economic Development: The Case Of Israel and Palestine. **The Economic Journal**, Oxford, v. 111, n. 472, p. 291-308, jun. 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>> Acesso em 05/04/2021.

BARROS, Guilherme. **Erros do Cruzado custaram 10 anos, diz Bacha**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 fev. 2006. Mercado, p. 1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2602200608.htm>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BAR-TAL, Daniel. Societal beliefs in times of intractable conflict: The Israeli case. **International Journal of Conflict Management**. v.9. n.1. pp.22-50, 1998.

BEN-PORAT, Guy et. al. **Israel Since 1980**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BERNSTEIN, D., & SWIRSKI, S. The Rapid Economic Development of Israel and the Emergence of the Ethnic Division of Labour. **The British Journal of Sociology**, v. 33, n.1, p. 64-85, mar.1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brazil's inflation and the Cruzado Plan, 1985-1988. In FALK S. Pamela (Org.) **Inflation: Are we Next?** Hyperinflation and Solutions in Argentina, Brazil and Israel, Boulder: Lynne Rienner, 1990, pp. 57-74.

BRESSER-PEREIRA, Luiz; DALL'ACQUA, Fernando M.. Congelamento Setorial de Preços e Inflação Corretiva in **Economia em Perspectiva**, Boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo, no. 17, September 1985.

GRINBERG, L. L. **Mo(ve)ments of Resistance**. ed, v. Boston: Academic Studies Press, 2014. HISTORIC INFLATION [...]. Disponível em <<https://www.inflation.eu/en/inflation-rates/brazil/historic-inflation/cpi-inflation-brazil.aspx>> Acesso em 16/04/2021.

PLANO CRUZADO E PLANO DE RECUPERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O COMBATE À HIPERINFLAÇÃO EM ISRAEL E NO BRASIL

KARINA STANGE CALANDRIN

GABRIEL MIZRAHI

HISTORIC INFLATION[...]. Disponível em <<https://www.inflation.eu/en/inflation-rates/israel/historic-inflation/cpi-inflation-israel.aspx>> Acesso em: 16/04/2021.

HOFMAN, J. E.. The meaning of being a Jew in Israel: An analysis of ethnic identity. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 15, n. 1. pp. 196-202, 1970.

LOPES, F. L. Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 135–151, 1985.

METZEL, Jacob. **The Divided Economy of Mandatory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MORRIS, B. **Righteous victims**: A history of the Zionist–Arab conflict 1881–2001. Nova York, NY: Vintage Books, 2001.

RAM, U., The Future of the Past in Israel: A Sociology of Knowledge Approach. In MORRIS, B., (Org.) **Making Israel**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007, pp. 202–230.

PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; CURADO, Marcelo Luiz. Revisitando o debate inercialista da inflação brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 489-509, 2018.

RIVLIN, Paul. **The Israeli economy from the foundation of the state through the 21st century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SAFATLE, Cláudia. Título da matéria. **Valor Econômico**, Local. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/especial/planocruzado>>. Acesso em: 18 jun. 2020

SHALEV, Michael. Liberalization and the transformation of the political economy. In SHAFIR, G.; PELED, Y. (Orgs.) **The New Israel: Peacemaking and Liberalization**. New York: Westview Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. A world-system perspective on the social sciences. **The British Journal of Sociology**, v. 27, n. 3, p. 343-352, 1976.